

RESEÑAS

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO: CONSTRUINDO REDES LATINO-AMERICANAS, 2023

Ana Paula Araujo Fonseca / Juliana Fátima S. Pasinin
Juliana Franzi / Márcia Cossetin

Invitamos a leer: José Pascual Mora García. (2023) “Del milagro educativo al ocaso del Currículum bolivariano: historias conectadas con las redes latinoamericanas.” En “POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO: CONSTRUINDO REDES LATINO-AMERICANAS”. Ana Paula Araujo Fonseca; Juliana Fátima S. Pasini; Juliana Franzi; Márcia Cossetin. (Editoras.) Este livro visa registrar os trabalhos realizados em um projeto de extensão, intitulado “Rede de diálogo: a educação em debate”, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA – Foz do Iguaçu – Brasil). <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/88>

Introdução

Este livro visa registrar os trabalhos realizados em um projeto de extensão, intitulado “Rede de diálogo: a educação em debate”, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA – Foz do Iguaçu – Brasil), cujas atividades iniciaram no ano de 2021. O projeto teve como objetivo discutir temáticas diversas que passavam a área da educação, sobretudo aquelas que sofreram notáveis impactos a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento brasileiro homologado no Brasil em 2017 para Educação Infantil e Ensino Fundamental e 2018 para Ensino Médio¹, sendo responsável por definir “o conjunto orgânico e progressivo



de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7).

No primeiro ano, o trabalho teve como foco a articulação de uma equipe multidisciplinar envolvida com os cursos de Licenciatura da UNILA. Importante destacar que parte desta equipe registrou suas contribuições em um livro intitulado “*Disputando narrativas: uma abordagem crítica sobre a Base Nacional Comum Curricular*”, publicada pela editora Claec, em forma de e-book, conforme é possível verificar em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/66>.

1 Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 15/2018, aprovado em 4 de dezembro de 2018.

Neste segundo ano, 2022, para além da continuidade de tal articulação interna e a oferta de atividades presenciais realizadas com professores da Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu, buscando enraizar o projeto na localidade e contribuir para mitigar as problemáticas educacionais aqui existentes, o projeto estabeleceu uma rede mais ampla, com pesquisadores(as) de universidades públicas brasileiras e de outros países latino-americanos.

De modo geral, durante o ano de 2022 o projeto buscou atuar em duas frentes:

1) Oferta de encontros presenciais, uma vez ao mês, em uma Escola Municipal de Foz do Iguaçu.

Nesta primeira frente de atuação foram realizados seis encontros presenciais, na Escola Municipal Parigot de Souza em Foz do Iguaçu, sendo três deles organizados a partir do tema “Base Nacional Comum Curricular: reflexões iniciais” e os outros três a partir da temática “BNCC e impactos para a Educação Inclusiva”.

Nestes encontros presenciais, em que participaram professores de diferentes escolas municipais de Foz do Iguaçu, os certificados são atribuídos pela participação em cada um dos encontros, sem a necessidade de uma participação mínima em relação à totalidade dos encontros ofertados. A participação em cada um dos encontros confere um certificado de 05 horas (sendo 3 horas de preparação prévia, a partir da leitura de um texto indicado + 2 horas de encontro presencial).

2) Continuidade de atividades virtuais, que têm permitido estabelecer um contato com docentes vinculados a diferentes universidades públicas brasileiras e de diferentes países latino-americanos. Duas ações destacam-se nesta direção

a) “Semana de estudos concentrados - Políticas educacionais e Educação: um debate necessário” evento coordenado pelas docentes Juliana Fá-

tima S. Pasini e Márcia Cossetin, realizada por meio da seguinte programação de lives:

Essa segunda frente de atuação foi realizada por meio da plataforma digital do youtube e contou com falas proferidas por docentes pesquisadores de diferentes Universidades brasileiras e com docentes/pesquisadores da América Latina.

As falas, na primeira etapa, versaram sobre as políticas educacionais abordando diferentes aspectos de tal temática. Nesta atividade, teve-se a participação de docentes da Educação Básica e Superior, acadêmicos(as) de diferentes estados e Universidades brasileiras e ainda de países da América Latina. As atividades foram organizadas da seguinte forma:

08/08/2022: A influência das Políticas Educacionais na Prática Pedagógica, com a Prof. Dra. Andréia Nunes Militão - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS);

09/08/2022: Gestão Democrática: Gestão da Educação e da Escola, a profa. Dra. Teise Garcia - Universidade de São Paulo (USP) e profa. Ma. Priscilla de Paula Rodrigues - Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto;

10/08/2022: Financiamento da Educação: Debates Atuais, com o prof. O Dr. José Marcelino de Rezende Pinto - Universidade de São Paulo (USP);

11/08/2022: Privatização da Educação, com a prof. Dra. Myrim Feldfeber - Universidad de Buenos Aires, (UBA) e profa. Dra. Márcia Cossetin - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA);

12/08/2022: Políticas de Avaliação em Larga Escala: Operacionalização da Educação, com as profas. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Erineuda do Amaral Soares - Prefeitura do Ceará. Para participação em cada uma das lives

foi atribuído certificado de 06 horas aos(às) participantes, compondo-se de participação no momento da live a ainda leitura de textos indicados pelas palestrantes.

- b) “Currículo e educação na América Latina”, evento coordenado pela docente Juliana Franzi, realizado por meio da seguinte programação de lives:

Na segunda etapa, também realizada pela plataforma digital do youtube, as falas, versaram sobre o currículo e a educação na América Latina, trazendo os elementos pertinentes aos diferentes países latino-americanos participantes. Esta atividade também contou com a participação de docentes da Educação Básica e Superior, acadêmicos(as) de diferentes estados e Universidades brasileiras e ainda de países da América Latina. As atividades foram organizadas da seguinte forma:

06/09/2022 - CURRÍCULO E EDUCAÇÃO NO CHILE - Profa. María Angélica Oliva - Instituto Interuniversitario de Investigación Educativa [IESED-CHILE] y el Programa Interdisciplinario de Investigaciones en Educación [PIIE].

15/09/2022 - CURRÍCULO E EDUCAÇÃO NA VENEZUELA - Prof. José Pascual Mora - Universidad de los Andes, Venezuela.

07/10/2022 - CURRÍCULO E EDUCAÇÃO NA ARGENTINA - Daniel Feldman – FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales;

26/10/2022 - CURRÍCULO E EDUCAÇÃO NA BOLÍVIA - Javier Paredes Mallea - Instituto Internacional de Integración-Convenio Andrés Bello;

16/11/2022 - CURRÍCULO E EDUCAÇÃO NO PARAGUAI - Zélia Maria Melo de Lima Santos - Dra. pela Universidad Autónoma de Asunción.

Para participação em cada uma das lives foi atribuído certificado de 04 horas

aos(às) participantes, sendo oportunizado, para além da atividade virtual, também a indicação de textos para aprofundamento das temáticas abordadas.

É possível ter acesso às lives já realizadas, tanto na “Semana de estudos concentrados - Políticas educacionais e Educação: um debate necessário”, como também no evento “Currículo e educação na América Latina”, por meio do Canal do YouTube destinado ao projeto “Rede de diálogo: a educação em debate”, disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCAuYGxG302wmAIB-ukt7UA>.

Ademais, o projeto “Rede de diálogo” também oportunizou uma live em 2022 que contou com o envolvimento do Fórum de Licenciaturas da UNILA, por debater a Resolução 02.2019 e BNC Formação: “Desafios para a formação de professores: a revogação da Resolução 02.2019 e BNC Formação” - Profa. Helena Freitas – UNICAMP.

Além disso, ao realizar o acesso ao canal, é possível ter acesso ainda às lives realizadas em 2021.

Este rol de ações tem fortalecido notavelmente a área da educação e os cursos de Licenciatura da UNILA, colocando-os em uma articulação interna, mas também em um diálogo com profissionais externos – de universidades nacionais e internacionais.

Fruto deste diálogo, novamente nos encontramos em articulação com os(as) docentes contatados(as) no ano de 2022 para oportunizar, para além da realização de *lives*, também a escrita deste livro, de modo a permitir o registro escrito dos debates realizados. Deste modo, este material resulta deste amplo diálogo estabelecido com atores e atrizes de diferentes localidades.

Destacamos que, em consonância com o projeto da UNILA, que tem como um dos seus pilares o bilinguismo, esta obra, ao envolver pesquisadoras brasileiras e pesquisadores(as) de outros países latino-

-americanos(as) apresenta alguns capítulos redigidos em português e outros em espanhol.

A partir de tal configuração apresentam nesta introdução o resumo de cada capítulo.

O capítulo 1 é de autoria de Juliana S. Pasini, docente visitante da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Ele discute o panorama das políticas de avaliações em larga escala, destaca o processo de padronização de conteúdos e da organização do trabalho pedagógico implementados a partir 2017, com a publicação da Base Nacional Comum Curricular, tomando como cenário empírico o estado do Paraná. Para tratar das políticas de avaliação em larga escala faz-se referência aos três níveis (federal, estadual e municipal) em que estas avaliações operam, e sua abrangência na educação básica. Identifica-se que as avaliações passam de um estado de diagnóstico, para o significado de operacionalização e gerencialismo da educação, para exemplificar citamos o caso do estado do Paraná, em especial com a inclusão das plataformas digitais que direcionam a padronização dos instrumentos avaliativos, como forma de monitorar e controlar a ação docente.

O capítulo 2 é de autoria de Márcia Cossetin, docente da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), e Cassia Alessandra Domiciano, docente da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O texto insere-se na discussão sobre as políticas públicas educacionais, com ênfase no processo que engendra a atuação do setor privado na execução e definição das políticas públicas. Trata, especificamente, da organização de Redes que se congregam a partir da atuação de entes privados na educação pública. Desse modo, as autoras dedicam-se a apresentar o projeto de educação engendrado pela Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para

a Educação – Reduca, como uma das Redes formadas no contexto da América Latina, buscando apreender a sua composição e as inferências possíveis em relação à influência deste projeto na direção e execução da educação pública. As autoras indicam que a atuação e interferência do setor privado na agenda educacional pública não ocorre somente em nível nacional, mas envolve diferentes países da América Latina. Esses países, representados pelo empresariado, se coadunam em agendas comuns de interferência privada na educação, demonstrando que a constituição destas agendas não se faz isoladamente, mas são mediadas mundialmente pelos Organismos Internacionais, dentre eles e no caso da Reduca o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e podem impactar na oferta, gestão e definição de currículos. Conclui-se sobre a pertinência de se compreender a educação pública como um espaço em que se estabelecem relações de disputa que remetem às contradições sociais e ao projeto societário que se quer construir. Nisto, por meio da Reduca, são forjados consensos ideologicamente para convencimento social sobre a sua necessidade e importância, o que reflete a força que o empresariado vem assumindo com consequências para a formação humana. Ressalta-se necessidade de prosseguimento das pesquisas que envolvem a definição e execução das políticas públicas educacionais no contexto latino-americano para que, ao compreendê-las, se possa atuar no sentido de construção da contra hegemonia, centrada no acesso ao conhecimento como instrumento de transformação da própria sociedade em que a sobreposição de interesses do setor privado não sejam os definidores da educação.

O capítulo 3 é de autoria de Teise Garcia (USP) e Priscilla de Paula Rodrigues, da Prefeitura Municipal de São Paulo. O texto traz reflexões sobre desafios na materialização do Inciso VI do artigo 206 da Consti-

tuição brasileira de 1988, que estabelece a gestão democrática como princípio a reger o ensino nos estabelecimentos oficiais de ensino. Ao longo das últimas três décadas a legislação infraconstitucional regulamentou o princípio e em 2014 o Plano Nacional de Educação, PNE, estabelecido pela Lei 13.005/14, instituiu entre uma das metas para o decênio (2014-2024) a gestão democrática em todas as redes públicas brasileiras. Porém, como parte das inflexões políticas nacionais, tal como a introdução da nova gestão pública como referência para reforma do aparelho de estado estimulando o avanço nas privatizações na educação e adoção do gerencialismo como modelo de gestão por parte do poder público, além de resistências históricas há retrocessos na democratização da gestão educacional. Após o golpe de 2016 e, sobretudo, com a eleição de Jair Bolsonaro, a democracia brasileira sofreu graves ameaças como é de conhecimento global. Na educação, um dos exemplos mais gritantes foi a introdução da presença de militares nas escolas com o programa Escolas Cívico-Militares que em nada respeitam o princípio constitucional. A esses aspectos contextuais mais recentes, soma-se a reconhecida prevalência da centralidade do diretor escolar amparada em teorias advindas dos estudos em administração empresarial desde o início do século XX. A literatura ainda reconhece a experiência patrimonialista na gestão educacional brasileira como um condicionante à democratização da gestão. Com esses desafios em perspectiva, o texto é organizado em duas partes: na primeira delas é apresentada breve revisão do contexto histórico e legal sobre a gestão democrática até o balanço sobre sua implementação segundo os planos municipais e estaduais de educação no ano de 2022. A segunda parte, a título de indicar a relevância do debate, traz o registro da experiência de um município paulista, Ribeirão Preto que ainda não implementou

seu plano municipal de educação como o estabelecido pelo PNE/14. Reconhece-se aqui, a partir da análise de documentos legais e materiais de divulgação que um dos obstáculos (não a esta implementação é exatamente o cumprimento da Meta 19 do PNE que trata da gestão democrática. Este debate se entrelaça aos interesses e políticas privatistas no município. Espera-se com este capítulo, em parte com caráter de revisão e em parte trazendo dados de pesquisa em curso, seja mais uma contribuição para o reconhecimento da importância de que as lutas pela gestão democrática da escola pública necessitam ser retomadas firmemente, agora em um contexto com mais interesses privatistas e com propostas avessas à democracia em jogo.

O capítulo 4 é de autoria da Dra. Eri-neuda do Amaral Soares, da Prefeitura Municipal de Fortaleza e da professora Dra. Flávia Obino Corrêa Werle (UNISINOS). O capítulo caracteriza o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) estabelecendo diálogos entre sua implementação e os principais movimentos realizados pelo estado em políticas educacionais. Toma-se como foco a avaliação do seu sistema, bem como, os efeitos produzidos para as escolas, gestores e estudantes do estado do Ceará. Trata-se de um trabalho bibliográfico, de abordagem qualitativa. Os textos consultados apontam que na busca por bons resultados nas avaliações em larga escala, as escolas priorizam componentes curriculares abordados nesses exames, quais sejam, Língua Portuguesa e Matemática. Conclui-se que apesar dos bons resultados que o Ceará tem apresentado no campo educacional, é importante avançar no sentido de garantir uma nova cultura de avaliação e se constituir um sistema mais equitativo e menos excludente.

O capítulo 5 é de autoria da docente Juliana Franzi, da UNILA. O texto que emba-sa tal capítulo recupera, com brevidade, as

características da teoria tradicional, crítica e pós-crítica do currículo. Posteriormente, interpela a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tendo em vista os elementos apresentados pelas três teorias do currículo, bem como posiciona-se contrário a um currículo padronizado e gerido com o objetivo de responder às avaliações. Desta feita, salienta a relevância de uma escola plural e inclusiva e, por conseguinte, a valia de um currículo que oportunize tais elementos. Nesta direção, destaca o trabalho realizado por meio do evento “Currículo e educação na América Latina”, que visou aprender, compreender e aprender as diferentes experiências curriculares latino-americanas, considerando que tal caminho permite o reconhecimento e a valorização dos saberes latino-americanos e configura um movimento contrário à imposição dos conhecimentos historicamente supervalorizados, como é o caso do saber eurocêntricos.

O capítulo 6 é de autoria da docente Maria Angelica Oliva, professora e investigadora chilena. Oliva integra o Instituto Interuniversitario de Investigación Educativa [IESED-CHILE] e o Programa Interdisciplinario de Investigaciones en Educación [PIIE]. O capítulo elaborado pela autora intitula-se “Situar el Currículum Chileno en la Historia del Tiempo Presente: Política & Reparación como Imperativos”. A autora apresenta as seguintes indagações: Qual é a ordem do currículum chileno? O que ele pretende ordenar? O é o que resulta ordenado? E, finalmente, poderia a conjugação Política & Reparación, aportar para reparar o “sinsentido” e recuperar o sentido? Oliva recupera o contexto do Golpe Chileno, afirmando que o Estado chileno violou, sistematicamente, os direitos humanos. Neste sentido, o Marco Curricular Nacional e as Bases Curriculares Nacionais, caracterizam-se pela razão técnica, racionalidade técnica-instrumental e lógica mecanicista. A razão técnica possui um sentido político

vinculado à ideologia cujo projeto sócio-histórico responde aos interesses dominantes da sociedade que tenta impor uma forma subjacente de domínio. Estes fatores explicitam a relevância da conjugação Política & Reparación como meio para enfrentar o currículum técnico e recuperar o sentido ético, político e educativo de um currículo democrático.

O capítulo 7 é de autoria do docente José Pascual Mora García. Nele o autor se propõe a fazer uma análise das políticas de Estado na Venezuela no marco da revolução bolivariana 1998-2022, especialmente seu impacto no currículo bolivariano. É um estudo que tem por fundamento epistemológico as categorias de genealogia do poder (Foucault) e as epistemologias críticas do sul. Metodologicamente o texto se encontra dividido em três etapas: a. a etapa fundacional do currículum bolivariano entre 1998 – 2008; b. a etapa de intervenção (2009-2013) e c. A etapa de declínio do currículum bolivariano (2014-2022). Simultaneamente pretende mostrar o desenvolvimento da linha de investigação da história social do currículum (Mora, 2004) e sua participação nas redes acadêmicas da América Latina: Red Shela; Red Rudecolombia; Red Desarrollo del Currículum en América Latina; Red Pedagogías, Paz y Poblaciones Resilientes e Red Universidades Translocables.

O capítulo 8 é de autoria do docente Javier Paredes, coordenador da Unidade de Investigación do Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello na cidade de La Paz, Bolívia. Neste capítulo o autor apresenta como objetivo analisar o contexto sociocultural da Bolívia e as considerações que poderiam ser realizadas no momento de se aplicar um modelo educativo. Ademais, Paredes oferece uma descrição das características do modelo educativo sociocomunitário produtivo que atualmente tem se implementado na Bolívia. Para a

análise e a descrição são usadas principalmente ferramentas teóricas da sociologia da educação. O artigo também apresenta uma breve contextualização histórica das demandas e necessidades dos povos indígenas da Bolívia em relação à educação, chegando à conclusão de que utilizam a educação como uma estratégia para poder continuar demandando seus direitos como coletividade humana.

O capítulo 9 é de autoria da docente Zélia Maria Melo de Lima Santos, Dra. em Ciências da Educação, pela Universidad Autónoma de Asunción. O propósito do texto da autora é registrar a trajetória da educação do Paraguai considerando os estudos feitos por Patricia Simone Roesler, no artigo publicado na revista *Germinal*: marxismo e educação em debate intitulado “A Educação Paraguaia: quatro marcos históricos decisivos”. O texto organiza-se em quatro partes. Na primeira parte, há as considerações sobre a educação no período colonial, entendido como uma das primeiras iniciativas educacionais estabelecidas no país. Na segunda parte, apresenta-se as ponderações acerca da realidade educacional da nação mediante o advento da república em 1811, que estabelece o período independente, até a guerra do Paraguai iniciada em 1864. Na terceira parte, registra-se o processo de reconstrução nacional da nação paraguaia e as iniciativas estabelecidas para a materialização das escolas públicas e privadas no contexto do pós-guerra do Para-

guai. Na quarta parte, aborda-se o processo de democratização da sociedade paraguaia que culmina, no setor educacional, com a reforma de 1994, que por sua vez, se materializou na Lei 12.64/98, assim, organizando os princípios, meios e fins da educação nacional.

Por fim, as discussões apresentadas na obra denotam a articulação de esforços de diferentes professores(as)/ pesquisadores(as) que foram retratados no projeto de extensão “Rede de Diálogo: a educação em debate” e que frutificam neste livro. Os esforços empreendidos, no projeto e nesta obra, são a materialização da preocupação com os rumos da educação pública nos países latino-americanos e, a partir das discussões engendradas, a busca por caminhos que estejam alinhados com os interesses da classe trabalhadora, historicamente alijada do acesso ao conhecimento que venha ao encontro de suas necessidades e vislumbres.

Esperamos que os(as) leitores(as) desfrutem da obra e possam se somar ao movimento analítico, reflexivo e crítico sobre a educação, construindo e/ou fortalecendo teorias, políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social. Nosso compromisso neste sentido está posto. Por ele pretendemos reforçar os laços que nos unem a outros(as) companheiros(as) que almejam a defesa da educação pública e de qualidade. Esta obra é fruto deste esforço!